



OS KAINGANG E A PANDEMIA DE COVID-19

O caso da terra indígena Xaçecó/SC



Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazzi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

drikabiazzi52@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4600-1677>



Nathan Marcos Buba

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

nathanmarcosbuba19@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2208-0829>

Resumo

O presente estudo tem como finalidade, analisar como os Kaingang da Terra Indígena Xaçecó/SC reagiram à pandemia da COVID-19 e como a religiosidade desse povo indígena interpretou esse momento. Conjuntamente, o estudo propõe destacar o início da vacinação dessa comunidade (já que eram grupos prioritários), com a recusa de algumas pessoas em receber as doses da vacina. Dentre o que foi levantando, houveram inúmeras motivações para a decisão de não receber os imunizantes, sendo o fator religioso um dos mais destacados. Entre os que recusaram a vacina, o estudo mostra dois grupos distintos: o primeiro composto de algumas pessoas mais velhas da área indígena, mais ligadas às práticas tradicionais e que não foram contemplados em sua infância com os programas de vacinação; o segundo é formado por parte dos pertencentes às denominadas “igrejas evangélicas”, que foram influenciadas por meio de fake news, redes sociais e lideranças religiosas e políticas de fora das aldeias. Dessa forma, o presente estudo, pretende fazer essa conexão entre a questão de saúde, no caso a pandemia, com os fenômenos religiosos que encontramos entre os Kaingang da TI Xaçecó, destacando a precariedade das políticas públicas, mas não deixando de destacar o protagonismo do povo, já que inúmeras medidas foram criadas pela própria comunidade para o combater a pandemia. É relevante destacar que esse estudo aborda a questão da pandemia até o mês de agosto de 2021, período que a ela ainda não havia terminado.

Palavras-chave:

Kaingang; pandemia; religiosidade.

Resumen

El estudio pretende analizar cómo el pueblo Kaingang de la Tierra Indígena Xaçecó/SC reaccionó a la pandemia de COVID-19 y cómo la religiosidad de este pueblo indígena interpretó este momento. Al mismo tiempo, el estudio se propone destacar el inicio de la vacunación de esta comunidad (ya que eran grupos prioritarios), con el rechazo de algunas personas a recibir dosis de la vacuna. Entre lo que se planteó, hubo numerosas motivaciones para la decisión de no recibir los inmunizantes, siendo el factor religioso uno de los más destacados. Entre los que rechazaron la vacuna, el estudio muestra dos grupos distintos: el primero compuesto por algunas personas de mayor edad de la zona indígena, más vinculadas a las prácticas tradicionales y que no fueron contempladas en su infancia

Palabras clave:

Kaingang; pandemia; religiosidade.





con los programas de vacunación; el segundo está formado por parte de los pertenecientes a las llamadas "iglesias evangélicas", que fueron influenciados por medio de fake news, redes sociales y líderes religiosos y políticos de fuera de las aldeas. Así, el estudio pretende hacer esta conexión entre el tema de la salud, en este caso la pandemia, con los fenómenos religiosos que encontramos entre los Kaingang del TI Xaçecó, destacando la precariedad de las políticas públicas, pero no dejando de resaltar el protagonismo del pueblo, ya que numerosas medidas fueron creadas por la propia comunidad para combatir la pandemia. Es relevante resaltar que este estudio aborda la cuestión de la pandemia hasta el mes de agosto de 2021, período en que aún no había terminado.

1. O POVO KAINGANG DA TERRA INDÍGENA XAPECÓ/SC

O povo Kaingang é uma das etnias mais populosas do Brasil. Dados do IBGE, mostram que esse grupo é composto por 37.470 pessoas, formando uma das cinco etnias com maior contingente populacional em território brasileiro (IBGE, 2021). Os Kaingang fazem parte da família Jê e do tronco linguístico Macro Jê. O seu território histórico abrange desde São Paulo (próximo ao rio Tietê) até o Rio Grande do Sul (campos do rio Uruguai). Já a leste/oeste, o território histórico é localizado entre o rio Paraná e as vertentes orientais da Serra do Mar (MOTA, 2009, p.91).

Os primeiros contatos entre Kaingang e não indígenas (fóg em língua Kaingang) ocorreram a partir do século XVI e XVII por expedicionários, bandeirantes e jesuítas que passaram por seu território histórico. Entretanto, esses contatos não foram contínuos, não resultando em uma intensa relação interétnica¹. Já a ocupação não indígena do território tradicional Kaingang, ocorreu a partir do século XVIII, quando os campos de Palmas e Guarapuava passaram a ganhar importância, tanto na questão do aumento das atividades da agropecuária, como na ocupação e garantia da posse de territórios para o Brasil.

De acordo com o historiador Clovis Antonio Brighenti, a ocupação em território Kaingang aconteceu em três momentos: a) ocorreu no século XVIII, com o início dos contatos mais contínuos com a ocupação dos fóg nos campos de Palmas e Guarapuava e a fixação das primeiras fazendas para criação de gado; b) não tem um período específico, pois se trata da ocupação dos denominados "caboclos", pequenos posseiros, muitas vezes oriundos do processo de miscigenação e casamentos interétnicos; c) a partir do século XIX, com a vinda de imigrantes europeus ou de seus ascendentes (principalmente oriundos dos atuais países da Itália, Alemanha e Polônia), que começam a construir suas colônias em território histórico Kaingang (BRIGHENTI, 2012, p.69).

Como aconteceu com muitas outras etnias no Brasil, os contatos e a ocupação do território histórico Kaingang foram geralmente realizados de forma violenta, impositiva e com o aval das

¹ O historiador Clovis Antonio Brighenti, afirma que mesmo com um curto contato entre Kaingang e jesuítas no século XVI, é possível encontrar a presença dessa etnia nas reduções da Guaíra no século XVII. Entretanto, o contato entre Kaingang e os sacerdotes cristãos foi breve, pois as reduções foram atacadas pelos bandeirantes paulistas. Mesmo assim, podemos dizer que esse episódio marca a primeira interação entre os Kaingang e o cristianismo. Ver mais em: BRIGHENTI, Clovis Antonio. O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó nas décadas de 1970 e 1980. 2012. 613 f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.





lideranças políticas da época. Muitos Kaingang foram mortos, seja pela contaminação a doenças que não tinham contato ou pela violência. Outra estratégia usada pelos governos era a tentativa de atrair, concentrar os indígenas nos aldeamentos, no caso Kaingang, chefiados por sacerdotes católicos. O aldeamento ao mesmo tempo em que tinha a função de assimilação, principalmente por meio da catequese, também, ao agrupar os indígenas em um mesmo local, facilitava a ocupação não indígena².

Após a ocupação dos fôg em seu território histórico, muitos Kaingang passaram a servir como mão de obra em alguns projetos governamentais. Isso não foi diferente na construção da linha telegráfica para a Colônia Militar do Chapecó, que consistia numa obra para melhorar a comunicação entre o interior do Planalto Meridional e os grandes centros urbanos, com o objetivo de aperfeiçoar a defesa do território e proteger os colonos de origem europeia. As obras datam de 1892 a 1893 e foram realizadas pelo grupo Kaingang chefiado pelo cacique Vanhkrê. Quando o trabalho foi concluído, o cacique Vanhkrê não aceitou dinheiro como pagamento, mas sim um pedaço de terra para seu povo viver³.

As negociações com o governo paranaense duraram quase uma década⁴. No dia 18 de junho de 1902, o governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva assina o decreto nº7, atendendo ao pedido de cacique Vanhkrê:

Atendendo o que a tribo de Coroados de que é chefe o cacique Vaicrê em número aproximado de duzentas almas, acha-se estabelecido na margem esquerda do rio Chapecó, no município de Palmas; e considerando que é necessário reservar uma área de terra para que os mesmos índios possam, com a necessária estabilidade dedicar-se à lavoura, à que estão afeitos [...] fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A partir do rio Chapecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios até onde eles fazem barra (NÖTZOLD, 2003, p.84).

Esse decreto é considerado como o documento fundador do que é hoje a Terra Indígena Xaçepó. O espaço reservado para o grupo Kaingang de Vanhkrê era o território localizado entre os rios Chapecó e Chapecozinho, abrangendo cerca de 50.000 ha. Ao analisar o documento histórico a “contrapelo”, como aponta Walter Benjamin, não podemos interpretar a atitude do governo como uma preocupação com o bem-estar dos Kaingang, mas sim, como uma forma viável

² A política dos aldeamentos conseguiu terras para as fazendas, mas isso não significa que ela conseguiu aldear todos os Kaingang. Muitos indígenas acabaram transitando entre os aldeamentos, buscando-os quando necessitavam de comidas ou utensílios, outros sequer conseguiram ser atraídos. Essa dinâmica mostra a resistência indígena, mesmo em uma situação de extrema violência física e simbólica.

³ Segundo alguns escritos sobre os Kaingang, assim disse cacique Vanhkrê: “Olha, nós precisamos de terra prá criar nossos filhos, que nós não vamos andar criando nossos filhos nas copas dos pinheiros. Nós não somos macacos”. Ver mais em: D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história do oeste catarinense. Cadernos do CEOM. Ano4, n.06, Nov/89, Chapecó.

⁴ No contexto das negociações com o grupo de cacique Vanhkrê, o atual oeste catarinense não pertencia a Santa Catarina, mas ao Paraná, quando este se separou de São Paulo em 1853. Por isso as negociações foram feitas junto ao governo paranaense e não catarinense. Entretanto, esse território foi contestado por Santa Catarina, resultando em conflito judicial que teve cessou em 1917, após a Guerra do Contestado (1912-1914). A partir deste momento foram definidas as fronteiras que até hoje seguem em vigor.





de concentrar os indígenas em um mesmo território, facilitando o processo de colonização do atual oeste catarinense (BENJAMIN, 1985, p. 226).

Ao longo do século XX, o território reservado aos Kaingang por meio do decreto nº7 de 1902 sofreu inúmeras tentativas de esbulho, principalmente por grilagem de documentos feita por madeireiros e grandes fazendeiros, estes que gozavam de privilégios junto aos governos estaduais e municipais⁵ (MANFROI, 2008, p.15). A partir da década de 1940, a área que atualmente é a TI Xaçecó, foi afetada diretamente pela atuação do SPI - Serviço de Proteção aos Índios, que tinha como principal objetivo a assimilação dos indígenas e transformá-los em agricultores nos moldes do sistema capitalista vigente⁶ (BRIGMANN, 2015, p.85). Junto disso, esse órgão federal estimulou a invasão de não indígenas na área da TI Xaçecó, culminando ainda mais na diminuição do território. No ano de 1967, o SPI é extinto e substituído pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio, que em seus primeiros anos não se diferenciou muito do antigo órgão.

Para os indígenas brasileiros, um momento marcante no tocante aos seus direitos foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, “que garantiu às comunidades indígenas o direito à alteridade, o uso de suas línguas maternas e a processos próprios de aprendizagem” (NÖTZOLD, 2003, p.15). Na questão territorial, o documento informa que os indígenas têm o direito originário “sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Foi nesse contexto que em 1991, a Terra Indígena Xaçecó foi homologada, totalizando uma área de 15.623 ha. Se compararmos os 50.000 ha que haviam sido reservados no decreto de 1902, notamos a quantidade territorial que sofreu esbulho e foi retirada dos Kaingang.

Atualmente a terra indígena Xaçecó está localizada nos municípios de Ipuçu e Entre Rios no oeste de Santa Catarina. A sua população em 2012 (dado mais recente) totalizava 5.216 indígenas, sendo 5.105 da etnia Kaingang e 111 pessoas da etnia Guarani⁷. Segundo os dados fornecidos em 2021 pelo Polo Base do município de Ipuçu, a população totalizava 5.730 indígenas. A área indígena é dividida em 16 aldeias, sendo elas: Linha Limeira, Linha Guarani, Paiol de Barro, João Veloso, Fazenda São José, Matão, Manduri, Água Branca, Barro Preto, Samburá, Jacú (aldeia sede), Olaria, Serrano, Serro Doce, Pinhalzinho e Campos Oliveira. Sobre a organização política, o principal líder da comunidade é o cacique, seguido pelo vice-cacique, que são escolhidos a cada quatro anos em voto direto pela comunidade.

Devido ao intenso desmatamento promovido pelo SPI e FUNAI e ao tamanho da área homologada, atualmente a TI Xaçecó não produz todos os produtos para a subsistência alimentar da comunidade. Conjuntamente, por meio das intensas relações interétnicas e da interculturalidade,

⁵ Um dos casos mais conhecidos desse contexto é do madeireiro, Alberto Berthier de Almeida.

⁶ Além das questões integracionistas e assimilacionistas, o SPI teve um grande histórico de corrupção, com desvio do patrimônio indígena, enriquecimento ilícito de alguns funcionários. Também, a atuação no órgão entre os Kaingang do Xaçecó, é lembrada pelas inúmeras torturas físicas e violências simbólicas que eram submetidos os indígenas.

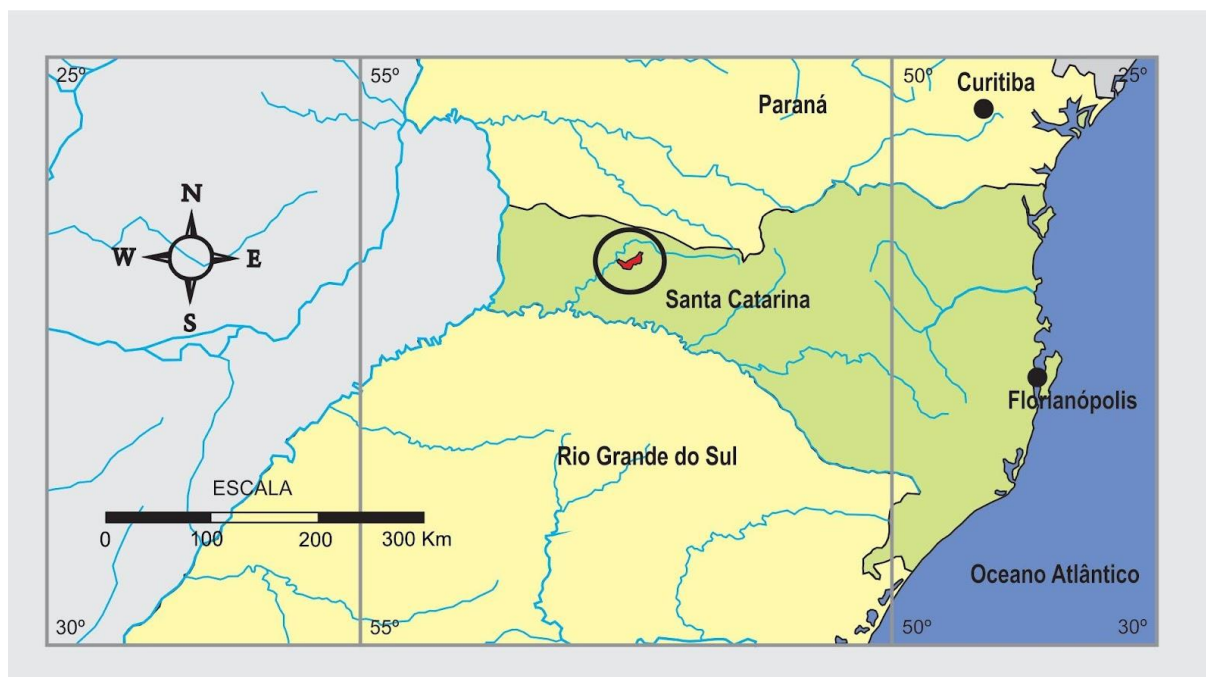
⁷ O dado populacional da T.I. Xaçecó é oriundo das pesquisas de Clovis Antonio Brighenti, que cruzou os dados do IBGE e da FUNASA. Mais informações em: BRIGHENTI, Clovis Antonio. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p.255-277.





os Kaingang também necessitam de ferramentas como qualquer outra sociedade, como celulares, internet, computadores, sendo necessária a aquisição monetária.

Figura 1. Localização da Terra Indígena Xaçecó



Fonte: Mapa elaborado por Carina S. de Almeida. Projeto OOEI/LABHIN/UFSC. Acervo:LABHIN/UFSC.

Uma parte significativa dos Kaingang do Xaçecó trabalha fora da aldeia, principalmente nos centros urbanos próximos. Os empregos geralmente são em frigoríficos, venda de artesanato ou outras atividades de baixa remuneração, como empregadas domésticas e atividade na colheita de algumas plantações. Essa migração pendular será um importante fator quando for analisado o contágio da COVID-19 na comunidade. Das profissões no interior da área indígena, podemos encontrar os agricultores, aqueles que fazem serviços gerais, entretanto, uns dos cargos de maior remuneração são os vinculados ao serviço público, como agentes de saúde e profissionais da educação. Portanto, quando formos analisar a pandemia na TI Xaçecó, será esse o contexto da população envolvida.

2. A COVID-19: UMA NOVA PANDEMIA

Ao longo da história, os seres humanos entraram em contato com muitos vírus, causando surtos, epidemias e pandemias. O livro “A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microorganismos”, de Stefan Cunha Ujvari, nos traz exemplos dessa relação. O autor, ao longo da obra destaca alguns casos, como o vírus da AIDS, herpes, hepatites, influenza e a reação das sociedades atingidas (UJVARI, 2015, p.23).

No final do ano de 2019, a OMS (Organização Mundial da Saúde) foi comunicada sobre inúmeros casos de pneumonia na província chinesa de Hubei, mais especificamente na cidade de Wuhan. No dia 7 de janeiro de 2020, pesquisas indicaram que esses casos derivam de uma nova





cepa de coronavírus, o SARS-COV-2 (OPAS, 2021)⁸. Em um curto período de tempo, milhares de chineses foram infectados, sendo necessária a construção de hospitais de campanha para o atendimento dos acometidos pela doença. Como vivemos em um período em que as notícias chegam rapidamente a todos os cantos do mundo, imediatamente a situação que vivia a cidade Wuhan tomou proporções globais.

No dia 30 de janeiro, a OMS fez uma declaração destacando o grave cenário, salientando que o então surto do novo coronavírus constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional, o nível mais alto de alerta da Organização. Nesse mesmo período, os noticiários do Brasil destacavam os pedidos de um grupo de brasileiros para sair de Wuhan e retornar ao seu país de origem (G1 GLOBO, 2020). No dia 5 de fevereiro, um avião da Força Aérea Brasileira decolou em direção à China para trazer estes brasileiros.

Entretanto, os casos do novo coronavírus não eram controlados, se espalhando para além do território chinês. No mês de janeiro de 2020, o vírus já é identificado em pneumonias na Tailândia, Japão, Taiwan e Coreia do Sul. Na Europa, países como Suécia, Itália e Alemanha também identificaram infectados no primeiro mês do ano (MAIS GENÉTICA, 2020). No dia 15 de janeiro é identificado o primeiro caso nos Estados Unidos, em Seattle. No Brasil, o primeiro infectado foi anunciado no dia 24 de fevereiro, após a confirmação do caso de um homem de 61 anos que havia retornado da Itália. (CNN, 2020). Nos dois primeiros meses de 2020, o novo coronavírus já estava na maioria dos países. Dessa forma, em 11 de março de 2020, a OMS declara que a COVID-19 alcançou o patamar de pandemia (BBC, 2020).

Alguns países rapidamente começaram com medidas de prevenção a propagação do vírus, incentivando o uso de máscaras, o isolamento social, propondo fechamento de alguns setores (alguns momentos o *lockdown*) e criando programas de auxílio financeiro para os prejudicados com a pandemia. Entretanto, outros países ficaram marcados por uma política contrária às recomendações da OMS e diversos infectologistas. Entre os principais exemplos, podemos destacar o presidente da época dos EUA, Donald Trump, que por diversas vezes destacou medicamentos sem eficácia e usava a pandemia para atacar a China, usando em seus discursos, a denominação “vírus chinês” (ISTOÉ DINHEIRO, 2020). Outro caso foi o do presidente da Bielorrússia, Alexander Lukashenko, que por diversas vezes ironizou a pandemia e as medidas da OMS (BRASIL DE FATO, 2020).

Infelizmente, outro caso de negacionismo na administração de um país durante a pandemia de COVID-19, foi o do Brasil. O presidente Jair Messias Bolsonaro, desde os primeiros casos em território brasileiro, ignorou as medidas orientadas por infectologistas pela OMS (G1 GLOBO, 2020). O presidente também minimizou a gravidade da situação, chamando a infecção causada pelo novo coronavírus de “gripezinha”, fantasia e histeria (BBC NEWS BRASIL, 2020). Conjuntamente, Jair Bolsonaro defendeu o uso do “tratamento precoce” para a COVID-19, que envolve

⁸ De acordo com a página eletrônica da OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde, sete tipos de coronavírus humanos já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19.





medicamentos sem comprovação de eficácia para a doença, como a hidroxicloroquina e ivermectina (GOV.BR 2020).

Na imagem a seguir, podemos ver uma publicação ainda ativa no endereço eletrônico do governo federal brasileiro, que destaca o uso desses medicamentos e predileção a estes, de Jair Bolsonaro e de um grupo de médicos. Isso, mesmo após estudos científicos, como da Revista Science, uma das mais respeitadas na área, destacar a ineficácia desses medicamentos (ESTADO DE MINAS, 2021).

Figura 2. Página eletrônica do governo federal destacando o uso do tratamento precoce para Covid-19



Fonte: GOV.BR

Outro exemplo de má gestão contra o COVID-19 foi a sucessão de ministros da saúde no período da pandemia. Durante os primeiros casos identificados no Brasil, quem ocupava o cargo de ministro da saúde era Luiz Henrique Mandetta, demitido em 16 de abril de 2020. Para o seu lugar, foi nomeado o médico oncologista, Nelson Teich, que ficou apenas 29 dias como ministro, afirmando que deixou o cargo por falta de autonomia e divergências sobre medicamentos defendidos por Jair Bolsonaro (SENADO NOTÍCIAS, 2021).

Para o lugar de Nelson Teich, no dia 15 de maio, assumiu o cargo de ministro da saúde, o general Eduardo Pazuello, mais alinhado ao presidente sobre a gestão da pandemia. O general foi o ministro da saúde mais criticado do governo Bolsonaro, principalmente pelos casos da falta de oxigênio em Manaus e pela demora na negociação das vacinas. Essas questões resultaram na abertura de inquérito da Polícia Federal, para investigar a atuação de Eduardo Pazuello na gestão do ministério da saúde em meio à crise sanitária (BBC NEWS BRASIL, 2021). O general ficou no cargo até dezembro de 2020, quando assumiu como ministro da saúde, o médico Marcelo Queiroga, que está no cargo até o momento da escrita desse estudo.





Até agosto de 2021, no mundo haviam falecido de COVID-19, aproximadamente 4,4 milhões de pessoas. O Brasil era o segundo país com maior número de vítimas, chegando a mais de 570 mil mortos, ficando atrás apenas dos EUA, com mais de 640 mil vítimas (TRT, 2021). Em meio a essa histórica tragédia sanitária do Brasil, destacam-se momentos, como a falta de oxigênio na cidade de Manaus, nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021 (G1 GLOBO/AM, 2021), os leitos de UTIs lotados em praticamente todos os estados brasileiros, durante os meses de março e abril de 2021 (G1 GLOBO/SC, 2021), e a propagação de *fake news*, principalmente sobre as medidas restritivas, gestão da pandemia, uso de medicamentos para tratamento precoce e vacinação.

A grande desigualdade social presente no Brasil ficou mais evidente na pandemia. As populações mais pobres ficaram mais expostas ao vírus, não restando outra opção a estes, a não ser usar os transportes coletivos, muitas vezes lotados. Também, com a necessidade de um isolamento social, muitas atividades, seja profissional ou de ensino, ficaram restritas ao ambiente virtual. Enquanto uma parcela da população não tinha dificuldades no acesso à internet, cerca de 25% da população brasileira não tinha nenhum acesso (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Já um outro número significativo tinha acesso a internet, mas não com a qualidade mínima necessária para reuniões, aulas e atendimentos *online*.

Em meio a um país de tamanho continental, como o Brasil, muitos grupos viveram realidades distintas, seja por fatores econômicos, regionais ou étnicos. Depois de trazer um aparato geral sobre a pandemia no mundo e no Brasil, vamos destacar como ela foi compreendida e vivenciada entre os Kaingang da TI Xaçecó.

3. A PANDEMIA NO CONTEXTO E COSMOLOGIA DOS KAINGANG DA TI XAÇECÓ

Sobre os dados específicos dos Kaingang que habitam a Terra Indígena Xaçecó na pandemia de COVID-19 há limitações. Os boletins do estado de Santa Catarina e da SESAI não destacam especificamente a TI Xaçecó. No caso das informações passadas por Santa Catarina, o que foi encontrado, foram dados dos municípios que a área indígena faz parte: Ipuacu e Entre Rios. Já nos dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, os indígenas não são divididos em etnia ou Terra Indígena, mas sim em regiões, englobando diversos povos e territórios. No caso, a região 13, intitulada como “interior sul”, é a que está inserida a TI Xaçecó.

No caso de Santa Catarina, até o mês de agosto de 2021 foram confirmados mais de um milhão de infectados⁹ e mais de 18,4 mil mortos (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2021). O município de Entre Rios, de acordo com o IBGE, tem uma população estimada em 3.218 pessoas. O boletim de 18 de agosto de 2021 informava o total de 670 casos confirmados de COVID-19 e 09 óbitos causados pelo vírus (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2021). O município de Ipuacu, que tem estimativa de 7.579 habitantes, teve no mesmo período 1.040 casos confirmados e 13 vítimas oriundas da COVID-19 (IDEM). O número dos municípios é relevante, haja vista que a população indígena nesses locais é de aproximadamente 50% dos habitantes.

⁹ Esse é o número mínimo de infectados, já que existe uma significativa taxa de subnotificação, de pessoas que não fizeram exames, seja por escolha própria ou por ser assintomático.





Já, os boletins da SESAI sobre a pandemia, além da questão da divisão em regiões, também apresentam o problema de mostrar dados somente dos indígenas que são atendidos pelo Sistema de Atenção à Saúde Indígena. Isso exclui um número significativo de pessoas, já que muitos indígenas não são atendidos por diversos motivos, principalmente por habitar as zonas urbanas. O boletim de 18 de agosto de 2021, destaca que no Brasil entre os indígenas obteve 52.446 casos foram confirmados como infecções provenientes da COVID-19. O número de óbitos causados pelo vírus, entre essa população no território nacional até o momento é de 786 vítimas. Já os dados para a região 13, interior sul (que está localizada a Terra Indígena Xaçepó) são os seguintes: 3429 casos confirmados, 18 casos ativos e 56 óbitos pela COVID-19 (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

Pelas informações colhidas até o presente momento e em conversas com os Kaingang, a TI Xaçepó teve um número elevado de infectados. Como destacado no início deste estudo, atualmente muitos indígenas precisam trabalhar fora da TI Xaçepó, principalmente em frigoríficos e como autônomos (diaristas, em colheitas e nas atividades domésticas). Essa questão fez com que houvesse desde o início da pandemia uma interação entre os Kaingang e não indígenas, não sendo possível qualquer tipo de isolamento. Somente alguns meses após anunciado o número elevado de infectados pelo vírus dentro da Terra Indígena, os frigoríficos tomaram a iniciativa de afastar os trabalhadores indígenas por tempo indeterminado, e que recebessem o salário mesmo estando afastados. Após as notícias da priorização da vacinação, onde indígenas que residiam em terras indígenas seriam vacinados, as empresas assinaram documentos juntamente com os trabalhadores indígenas, que após a segunda dose da vacina, eles retornaram aos cargos de trabalho que realizavam dentro dos frigoríficos¹⁰.

Entretanto, a organização política da TI Xaçepó, liderada pelo cacique da época Gentil Belino criou suas próprias regras para combater a COVID-19 entre os Kaingang. Nos primeiros meses de pandemia, o cacique realizou uma espécie de cerco na área, sendo proibida a entrada de não indígenas sem a sua autorização (geralmente entravam os serviços considerados por ele como essenciais). Também houve uma fiscalização interna, com a proibição e cancelamento de eventos na comunidade. Para aqueles que necessitavam sair da TI também existiam restrições, fazendo se fosse essencial. No mês de fevereiro de 2021, com os índices mais altos já registrados, com lotação da UTI no hospital São Paulo de Xanxerê (município que recebe os Kaingang com casos graves), o cacique Gentil Belino, por meio de sua rede social no Facebook, comunicou novamente o fechamento do Xaçepó para não indígenas e a proibição de eventos, como partidas de futebol, cultos evangélicos e festividades¹¹.

Outra questão importante é compreender como a cosmologia Kaingang interpretou esse momento de pandemia. Pois a história de origem do povo Kaingang, narra a construção do mundo por dois irmãos: *Kamē e Kanhru*¹². Esses irmãos dão origem às duas marcas exogâmicas do povo,

¹⁰ Informações sobre os indígenas que foram afastados das empresas por conta do alto número de infectados, somente empresas de frigoríficos tomaram a iniciativa de afastar estes trabalhadores, não soube que outra empresa que indígenas trabalham afastaram seus funcionários por conta do alto risco de contágio e de morte.

¹¹ <https://www.facebook.com/gentil.belino/videos/2995972770630997> Acesso em 10 de ago. 2021.

¹² Para saber mais sobre o surgimento das marcas e do povo Kaingang ver em: BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha De. Espiritualidade e conhecimentos da mata na formação dos especialistas de cura Kaingang da Terra Indígena Xaçepó/SC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: PPGAS/UFSC. 2017. NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva (orgs). Ouvir Memórias, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingáng. Santa Maria: Editora Pallotti, 2006.



onde a sociedade Kaingang é dividida entre *Kamē* e *Kanhru*. Todas as coisas no mundo e em outras dimensões são divididas entre essas metades, sejam árvores, plantas, vegetação, animais, o sol e a lua.

A cosmologia Kaingang é como um círculo onde tudo se conecta e possui seus significados próprios dentro da tradição e cultura do povo. A espiritualidade é muito forte desde sua origem e está inserida em todos os aspectos, como nos rituais, nas danças, na educação tradicional, mas principalmente nas práticas de cura dos especialistas (*Kujá*, Benzedores (as), Remedieiros (as) e parteiras Kaingang). Todos esses especialistas trabalham com o poder que as plantas possuem, podendo curar e proteger o corpo e o espírito. Para os Kaingang, as doenças são intimamente ligadas ao espírito e assim são tratadas pelos especialistas.

Quando surgiu a pandemia, estes especialistas buscaram saber através de seu conhecimento, dos conselhos dos anciãos e de guias espirituais *Jagrē*¹³, como poderiam ajudar o povo por meio de seus conhecimentos, utilizando principalmente os “remédios do mato”. Lembrando que as plantas utilizadas nos chás e garrafas¹⁴ de “remédios do mato” também pertencem as marcas exogâmicas *Kamē* e *Kanhru* (HAVERROTH, 1997, p.123). Portanto, cada planta age de forma diferente no corpo, diferindo de acordo com a marca que possui. Sua forma mais arredondada são *Kanhru*, já plantas que são compridas pertencem à marca *Kamē*, um exemplo pode ser observado na figura abaixo.

Figura 3. A primeira figura é o capim cidreira ou Erva-cidreira, pertence a marca *Kamē*, a segunda figura é a manjerona que pertence a marca *Kanhru*.



Fonte: Redação Greenme

Dentro da TI Xaçecó, os especialistas de cura utilizam na maioria das vezes os “remédios do mato”, estes que possuem as marcas exogâmicas (*Kamē* e *Kanhru*), e tem sua funcionalidade na cosmologia Kaingang. Nos dias atuais muitos deles são procurados pela comunidade indígena

¹³ *Jagrē* significa guias espirituais do *Kujá* que podem ser santos do panteão católico, humanos e não-humanos, seres da mata, plantas, animais e vegetais. Para saber mais sobre o assunto ver: BIAZZI, Adriana Aparecida Belino Padilha De; ERCIGO, Terezinha Guerreiro. A formação do *kujá* e a relação com seus guias espirituais na Terra Indígena Xaçecó/SC. Florianópolis, 20/11/2014. 57 páginas. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica). UFSC. BIAZZI, Adriana Aparecida Belino Padilha De. Espiritualidade e conhecimentos da mata na formação dos especialistas de cura Kaingang da Terra Indígena Xaçecó/SC. Florianópolis, 18/03/2017. 265 páginas. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social PPGAS/UFSC.

¹⁴ A expressão “garrafadas”, se refere ao remédio do mato onde os especialistas de cura fazem para a pessoa que o busca, são utilizadas diversas espécies de plantas que são chamadas de remédios do mato.



e não indígena em busca de chás e garrafas de remédios. Isso aconteceu também na pandemia, em que as pessoas procuravam esses especialistas para curar o corpo e o espírito que eram acometidos pelo coronavírus. Os chás são feitos para banhar o corpo em forma de proteção do “mal”. Desta forma, a proteção também é espiritual e assim os *Vēnhkuprĩ Kóreg*¹⁵, não poderão atingir o corpo e espírito Kaingang. Outro modo de proteção do corpo e espírito pode ser obtido por meio das “garrafas dos remédios do mato”, que consiste em ingerir o líquido depositado em frascos, preparados pelos especialistas de cura, como uma forma de tratamento do corpo. Assim os “remédios do mato”, também chamados de *Vēnhkagta*, possuem suas propriedades medicinais de acordo com a espiritualidade e as marcas do povo Kaingang.

Os *Vēnhkagta*, também estão nos alimentos tradicionais, que são chamados pelos Kaingang de “comida forte”, estes que alimentam o corpo com muitas propriedades nutricionais. De acordo com o povo, também existem as “comidas fracas”, que alimentam e nutrem o corpo e o espírito junto com os banhos de ervas preparados pelos especialistas. De acordo com esses especialistas, após o surgimento da pandemia, houve um cuidado para compreender melhor de que forma o vírus poderia atingir o corpo e espírito dos Kaingang. Para os líderes espirituais, a cura só é alcançada se o paciente acreditar no especialista e no *Vēnhkagta* que será ingerido ou banhado no corpo.

A classificação dos *Vēnhkagta* ou “remédios do mato” é apresentada por Moacir Haverroth. O autor destaca que a planta está associada à cura de doenças através das suas substâncias e poderes que os *Vēnhkagta* possuem e somente se restringe aos Kaingang e principalmente os especialistas Kujá, Benzadores (a), Remedieiros (a) e parteiras.

A classificação das plantas-remédio (vênh-kagta) está associada à classificação das doenças (kaga). Os remédios são indicados dependendo da etnologia e/ou nosologia das doenças. Tal associação é fundamental na compreensão da categorização das plantas remédio. O conceito de vênh-kagta se aplica tanto a remédio quanto a veneno, ou seja, se refere a qualquer substância que tenha efeito no organismo, independente de seu resultado. Assim qualquer planta pode ser vênh-kagta, mas há uma distinção quanto à qualidade de seu efeito, conhecimento esse que predomina entre os especialistas em cura e idosos (HAVERROTH, 2007, p.10).

Ao passo que a pandemia avançava dentro da TI, os indígenas sentiram uma grande dificuldade de deixar de lado algumas práticas tradicionais. Dentre elas, podemos citar a procura pelos especialistas em cura, o batismo em “águas santas”, o tratamento de cura feito na casa ou no espaço da mata, pois havia um conjunto de medidas para evitar a propagação do vírus. Diante disso, algumas atividades comuns dentro da tradição e cosmologia do povo ficaram paralisadas. Todavia, algumas voltaram a ser realizadas quando um grande número de indígenas foi infectado e do aumento dos óbitos decorrentes do vírus (fevereiro e março de 2021). Foi por meio desta realidade que os especialistas buscaram com mais rapidez se informar mais sobre o coronavírus, como também qual o seu significado para o corpo e espírito no interior da cosmologia Kaingang.

¹⁵ *Vēnhkuprĩ Kóreg* é um espírito ruim que atinge a saúde do Kaingang através de doenças que são vistas como incuráveis e invisíveis, são identificadas pelos *Kujás* e seus guias e assim sabem qual planta ou remédio do mato pode ajudar a curar este corpo e espírito Kaingang.





Os Kaingang acreditam que podem prever quando algo negativo vai acontecer. Isso acontece, de acordo com a etnia, quando os animais da mesma marca exogâmica avisam as pessoas da comunidade que algo de ruim irá acontecer nos próximos dias, seja a morte ou doenças. O coronavírus foi interpretado dentro dessa lógica. Os Kaingang do Xaçecó afirmam que os animais os avisaram sobre o novo vírus e a pandemia. (Esta relação que os Kaingang possuem com os animais e os seres da mata é mais bem compreendida através da história de origem do povo e de suas mitologias). O aviso sobre algo ruim próximo também ocorre em sonhos. Esse momento é um dos mais importantes na cosmologia dos Kaingang, principalmente para o especialista em cura *Kujá*. Esse líder espiritual, por meio dos sonhos consegue conversar com outros mundos e com os espíritos, que informam algo de ruim que a comunidade vai passar ou as plantas para tratar aqueles que os procuram. O sonho também é apontado como momento de revelação de tragédias, como a pandemia de COVID-19.

A partir de então, os *Kujás* trabalharam com seus guias espirituais (*jangrê*), em sonhos e rituais para poder proteger a comunidade de novas ondas de contágios dentro da Terra Indígena Xaçecó. Somente este especialista tem o poder de realizar este trabalho espiritual de proteção do seu povo. Os outros especialistas não tem o dom de trabalhar com os *jangrê*, ficam restritos às práticas com plantas. Para os Kaingang, espiritualidade e cosmologia trabalham em conjunto para assim, poder garantir proteção contra as doenças que atingem o corpo e o espírito dos indígenas.

Com a chegada das vacinas para toda a população da Terra Indígena, o trabalho dos especialistas foi sendo mais procurado pela comunidade. De acordo com os Kaingang, a proteção da vacina (primeira e segunda dose) com os remédios do mato em forma de banhos e chás, ajudou a todos positivamente, havendo uma grande diminuição de casos de pessoas contagiadas pelo Coronavírus.

Ao passo que a pandemia avançava, outras questões surgiam, como diminuir as mortes, as internações e acabar com o momento pandêmico. Como o vírus era desconhecido, não havia no início qualquer medicamento capaz de evitar o contágio ou tratar a infecção. Grande parte dos cientistas apostaram nas vacinas, como o principal meio de diminuir as vítimas e acabar com a pandemia. Entretanto, para que a vacina seja usada amplamente entre os humanos é necessário que sejam feitas inúmeras etapas de testes sobre sua eficácia e efeitos colaterais. Essa situação fez empresas privadas e departamentos públicos moverem todos os seus esforços para elaborar um imunizante, iniciando assim a “corrida” pela vacina da COVID-19, um acontecimento que provavelmente marcará a história das pesquisas sobre imunizantes¹⁶.

No dia 08 de dezembro de 2020, uma mulher de 90 anos na Inglaterra recebeu a primeira vacina para COVID-19, menos de um ano após a OMS declarar situação de pandemia, um grande avanço na produção de vacinas. O primeiro imunizante a ser aplicado foi elaborado pela farmacêutica estadunidense Pfizer em parceria com a empresa alemã de biotecnologia BioNTech (G1 GLOBO, 2020).

No decorrer do tempo, outras vacinas começaram a ser utilizadas. No Brasil, a primeira dose da vacina foi aplicada em São Paulo, no dia 17 de janeiro de 2021, em uma enfermeira negra

¹⁶ A plataforma de *streaming* Globoplay fez uma série documental sobre as pesquisas e testes das vacinas de COVID-19. O nome da série é “Corrida das vacinas”.





de 54 anos. O imunizante utilizado nessa ocasião foi o Coronavac, elaborado pelo laboratório chinês Sinovac em colaboração com o Instituto Butantan. Até agosto de 2021, além da Pfizer e da Coronavac, mais outras duas vacinas foram aplicadas em território brasileiro: Astrazeneca/Universidade de Oxford, elaborada com a colaboração da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e a Janssen da empresa estadunidense Johnson & Johnson.

No dia 13 de dezembro de 2020, o Ministério da Saúde enviou para o STF - Supremo Tribunal Federal, o Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19¹⁷. Até a escrita deste artigo, foram aplicadas no Brasil 471 milhões de doses, sendo 172 milhões de pessoas totalmente vacinadas, cerca de 80% dos brasileiros (*OUR WORLD IN DATA*, 2021).

Como estratégia para aplicar as doses, o Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19 dividiu a população em grupos de prioridade e fases. Os povos indígenas ocuparam o grupo prioritário na 1ª fase da vacinação. Todavia, estão inclusos como prioritários os indígenas que residem em Terras Indígenas, excluindo pessoas que por diversos motivos moram fora desses locais. No dia 17 de janeiro, a primeira indígena (etnia Kaimbé) foi vacinada no Brasil contra a Covid-19. Em Santa Catarina, a primeira indígena a receber o imunizante foi a líder Guarani Kexu Yxapyry, no dia 19 de janeiro (NSC TOTAL, 2021).

A TI Xaçecó recebeu as primeiras doses de vacina também no dia 19 de janeiro. Não se tem dados sobre quantos indígenas dessa área receberam o imunizante. A Secretaria Estadual de Saúde registrou que até agosto de 2021, 89,5% dos indígenas de Santa Catarina, que residem em terras indígenas receberam o imunizante (G1 GLOBO/SC, 2021). No mesmo período, o DSEI em seu boletim destacou que dos indígenas da região interior sul (que inclui a TI Xaçecó) 95% tomaram a primeira dose e 90% a segunda dose. Como a vacinação entre os indígenas começou no primeiro mês do ano de 2021, podemos perceber que apenas 90% concluíram a imunização, um número próximo do informado pela Secretaria da Saúde de Santa Catarina (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2021). Portanto até agosto de 2021, temos a média de 1 indígena não vacinado para cada 10 em Santa Catarina.

A respeito dos dados de indígenas vacinados e não vacinados, estes não foram autorizados a serem divulgados pelos profissionais da saúde indígena e Polo Base do município de Ipuacu/SC, nem a pela Secretaria de Saúde do município. As entrevistas que gostaríamos de ter realizado com indígenas que trabalham na saúde também não foi possível, pois apesar do contato e de apontar informações, os profissionais não quiseram dar entrevistas e ter seu nome divulgado. Conjuntamente, houve contato inúmeras vezes com o Distrito Sanitário Especial Indígena- DSEI, interior Sul por e-mail e responsáveis pelo Polo Base da população da Terra Indígena Xaçecó, entretanto, não houve nenhuma resposta do pedido da divulgação dos dados em números e porcentagem de pessoas vacinadas e não vacinadas e do falecimento em decorrência da COVID- 19.

De acordo com informações obtidas por meio dos Kaingang que habitam a TI Xaçecó, há pessoas dentro da comunidade que rejeitaram a vacinação contra a COVID-19. Podemos separar a maioria dessas pessoas em dois grupos. O primeiro são os *kofás*, os anciões das aldeias, estes que durante boa parte da sua vida não foram contemplados com uma política de vacinação, como as gerações mais novas. Também, essas pessoas geralmente procuram os especialistas de cura

¹⁷ O plano foi enviado antes da primeira dose. Nele, não havia data prevista para o início da vacinação.





Kaingang, que junto da cosmologia e o uso das plantas, fazem garrafadas para aumentar a imunidade do corpo, de acordo com a cosmovisão do grupo.

Daremos enfoque ao segundo grupo, que é tomado por pessoas que se identificam como evangélicas. O número de pessoas da comunidade que frequentam os templos evangélicos é de aproximadamente 60%, com 38 templos distribuídos no interior da TI Xaçecó, como vemos no Anexo I (BUBA, 2020, p. 178). Para compreender como o crescimento dos evangélicos afetou a vacinação dos Kaingang, é preciso compreender o cenário político nacional. O historiador Marcelo Camurça em seus estudos aborda a expansão dos evangélicos no Brasil e em seu campo político. Segundo o autor, a participação dos evangélicos na política brasileira vem crescendo nas últimas décadas e alcançou o seu mais elevado índice nas eleições de 2018, principalmente com a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência (CAMURÇA, 2020). Com o lema “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, Jair Bolsonaro ganhou o apoio de uma parte significativa do público evangélico. Mais de dois terços desse eleitorado votou em Jair Bolsonaro em 2018 (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2018).

A relação entre uma parte significativa de evangélicos e Jair Bolsonaro pode ser encontrada nas redes sociais, principalmente em grupos de Whatsapp, Facebook, Telegram e Instagram. Como já destacado neste estudo, o governo Bolsonaro acabou por inúmeras vezes indo contra as medidas de isolamento social, apoiando remédios sem nenhuma eficácia comprovada e duvidou da efetividade das vacinas, principalmente da Coronavac, chamando-a de “vachina” (ITATIAIA, 2021). Os indígenas foram os primeiros a receber a vacina. Nessa fase, por coincidência, a maioria dos imunizantes aplicados era da Coronavac, o que pode também explicar a recusa dessas populações.

Durante a pandemia, tivemos alguns casos de influência de líderes evangélicos sobre os indígenas para a recusa da vacinação. Um exemplo foi destacado por uma matéria do UOL, que de acordo com requerimento entregue à CPI da COVID¹⁸, missionários evangélicos, no Alto Solimões haviam espalhado mentiras ao povo Kokama sobre a vacinação, levando a recusa pelo imunizante (UOL, 2021). Na TI Xaçecó muitas desinformações sobre a COVID-19 e vacinas foram passadas pelos pastores, principalmente por meio de uma rádio evangélica que é exclusiva para ouvintes da área indígena.

A rádio Kaingang tem a frequência da estação em 88.0 MHz, funcionando todos os dias das 08h30 min da manhã até 18h00 min da tarde. Ela é administrada por um pastor Kaingang de uma igreja evangélica (que fica localizada na sua própria residência). Outras igrejas evangélicas possuem horários de uma a três horas por dia para realizar sua própria programação. De acordo com interlocutores indígenas Kaingang, havia uma igreja evangélica que o pastor responsável pregava na rádio algumas de suas interpretações sobre a religião evangélica, dizendo na rádio e

¹⁸ A CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Covid-19 foi protocolada pelo então senador Randolfe Rodrigues (AP) no dia 04 de fevereiro de 2021. Um dos motivos para a abertura da CPI, foi investigar as atitudes do então governo federal para conter a pandemia. Como pretexto, também foram utilizados alguns fatos do governo Jair Bolsonaro, como o caso da falta de Oxigênio em Manaus/AM, as propagandas de medicamentos sem eficácia comprovada e o suposto atraso e superfaturamento na compra das vacinas contra COVID-19. A CPI teve como presidente, o senador Osmar Azis (AM) e como relator, o senador Renan Calheiros (AL). Também podemos ter acesso ao relatório final da CPI da Covid-19, que conta com 1.180 páginas. Ver relatório em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>



na sua igreja “que a vacina não era de Deus, era uma ilusão, pois a cura está no joelho, e não em picadas no braço”. A interpretação da “cura está no joelho”, salienta que os membros da igreja e toda a população deveria se ajoelhar e orar, para que assim a pandemia passasse e não os atingisse.

O pastor referido, responsável pela igreja evangélica, (não será mencionado nomes), rejeitou a vacina e enfatiza dentro da sua igreja e em casas que não a tomará, pois sua fé é maior na proteção divina que possui do que na ciência. O mesmo acontece entre os *Kófa* e especialistas em cura. Alguns não se vacinaram por medo do desconhecido e por fé na sua espiritualidade e nas plantas.

Algumas informações sobre as vacinas circularam pela oralidade dentro da comunidade indígena, em decorrência das *fake news* acessadas em redes sociais pelos mais jovens. Muitas notícias falsas circularam em grupos de Whatsapp, causando terror e medo entre o povo Kaingang. Outra questão sobre a pandemia e interpretação da chegada do vírus, é sobre o apocalipse descrito como “fins dos tempos, fim do mundo”, que se encontra em passagens bíblicas. As igrejas evangélicas Kaingang entenderam que isso foi uma forma de aviso da proximidade do “juízo final” e que por isso, deveriam se preparar espiritualmente orando.

Por conta de muitas *fake news* e crenças próprias do povo Kaingang, alguns levaram um tempo para poder compreender que a vacina não causaria a morte ou transformação do corpo, mas sim uma forma de evitar complicações maiores levando o indivíduo infectado à morte. Em decorrência desta realidade a porcentagem de pessoas imunizadas dentro da Terra Indígena Xaçecó ainda não completou 100%. No início da vacinação, os profissionais da saúde que trabalhavam na TI Xaçecó foram até a casa dos Kaingang realizar a vacinação, quem não aceitava ser vacinado, assinava um documento das lideranças e da saúde indígena. Nesse documento, o indivíduo alegava que por conta própria houve a recusa. Geralmente, nesses momentos estavam presentes o cacique e demais lideranças que tentavam realizar esta comunicação entre os *Kófas* e saúde indígena.

Por conseguinte, é relevante destacar o trabalho dos profissionais da saúde que atuaram no interior da Terra Indígena Xaçecó, principalmente o incansável trabalho de agentes de saúde indígenas, de enfermeiros indígenas que lutaram para imunizar e curar os Kaingang da COVID-19. Também, torna-se importante destacar que mesmo com a influência de alguns pastores, grande parte dos Kaingang evangélicos acabaram se vacinando. Portanto, não podemos generalizar e concluir que todos os adeptos das igrejas evangélicas não se imunizaram ou não fizeram as recomendações de proteção ao contágio, mas podemos concluir que um contingente significativo não se vacinou ou usou máscara pela intervenção desses líderes religiosos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que este estudo não se esgota nas entrelinhas, e que há muito a ser pesquisado dentro do contexto da realidade do povo Kaingang, principalmente do que está inserido na Terra Indígena Xaçecó. Este breve estudo ainda é um trabalho pioneiro e o início de futuras pesquisas sobre a relação da COVID-19 com a população indígena Kaingang.

Mesmo sendo uma pesquisa pioneira, destacamos no contexto da cosmologia Kaingang, envolvendo a espiritualidade do povo e de suas crenças e do seu modo de viver, de acordo com

sua ancestralidade e com o ambiente onde está inserida: a Terra Indígena Xapecó. Em decorrência do aumento da população indígena, alguns espaços territoriais ficaram pequenos para subsistência do povo. Desta forma, muitos Kaingang buscam trabalhos fora da área indígena para ter uma renda e sustentar suas famílias. Trabalhadores indígenas formam o maior número de funcionários dentro dos frigoríficos que estão localizados em municípios próximos da TI, os mesmos disponibilizam transporte de ônibus dos trabalhadores indígenas até a empresa. Em grande parte, o aumento de contágio da população foi em decorrência destes trabalhadores estarem em contato com outras pessoas fora de suas comunidades e carregando sem saber o vírus que atingiu de forma silenciosa a todos os indígenas. Como foi apontado ao longo do texto, ao decorrer da pandemia, as lideranças das Terra Indígena Xapecó tomaram iniciativas para frear o número de casos, principalmente fechando os acessos da área indígena e entrando somente pessoas autorizadas. Também, houveram diferentes formas de reação dos Kaingang perante a pandemia, como o contingente que tomou boa parte das medidas orientadas pelos infectologistas e OMS, mas também houveram grupos que não tomaram tais iniciativas e questionaram a doença, seja por meio da influência de líderes religiosos ou por correntes de *fake news* via aplicativos de mensagem. Isso aconteceu também com a vacinação, em que muitas teorias sem comprovação científica contra os imunizantes surgiram, fazendo com que aproximadamente 10% dos Kaingang não optassem por completar seu ciclo vacinal.

As campanhas de vacinação ainda ocorrem dentro dos municípios onde a TI está inserida e novas abordagens estão sendo realizadas para convencer a população. Trabalhadores da saúde indígena se esforçam para levar informações corretas aos que ainda não aceitaram a vacina. Como a presente pesquisa foi escrita durante a pandemia, os números finais e as consequências da pandemia entre os Kaingang da TI Xapecó, será fruto de trabalhos futuros. Dessa forma, o estudo demonstrou que muitos brasileiros tiveram realidades diferentes e até mesmo específicas na pandemia, como foi o caso do povo Kaingang que habita a maior terra indígenas do sul do Brasil.

REFERENCIAS

- BENJAMIN, Walter. As Teses sobre o Conceito de História. In: Obras Escolhidas, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BIAZZI, Adriana Aparecida Belino Padilha De; ERCIGO, Terezinha Guerreiro. A formação do kujá e a relação com seus guias espirituais na Terra Indígena Xapecó/SC. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica). Florianópolis: UFSC. 2014.
- BIAZZI, Adriana Aparecida Belino Padilha De. Espiritualidade e conhecimentos da mata na formação dos especialistas de cura Kaingang da Terra Indígena Xapecó/SC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: PPGAS/UFSC. 2017.
- BUBA, Nathan Marcos. Uma Terra Indígena Encantada: ressignificação das práticas religiosas em nome de São João Maria entre os Kaingang do Xapecó/SC. 2020. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988).
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó nas décadas de 1970 e 1980. 2012. 613 f. Tese (Doutorado) –



Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

- BRINGMANN, Sandor Fernando. Entre os ÍNDIOS DO SUL: Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xaçecó (1941 - 1967). 2015. 452 f. Tese (Doutorado) - PPGH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. Terras Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. P.255- 277.
- CAMURÇA, Marcelo. Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. Revista Nupem, [S.L.], v. 12, n. 25, p. 82-104, 21 jan. 2020. Universidade Estadual do Paraná - Unespar.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história do oeste catarinense. Cadernos do CEOM. Ano4, n.06, Nov/89, Chapecó.
- HAVERROTH, Moacir. Kaingang um estudo etnobotânico: O uso e a classificação das plantas na área indígena Xaçecó (oeste de SC). (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social), Florianópolis: PPGAS/UFSC. 1997
- KRESÓ, Pedro. In: VYJKÁG, Adão Sales et al. ěgjaměnkýmũ: O Kiki permanece. Textos Kanhgág. Brasília: Apbkg/dkaÁustria/ Mec/pnud, 1997.
- MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. A história dos Kaingáng da Terra Indígena Xaçecó (SC) nos artigos de Antonio Selistre de Campos: Jornal A Voz de Chapecó 1939/1952. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- MENDES, Ivania. O USO DAS ERVAS MEDICINAIS NA ATUALIDADE KAINGANG DA TERRA INDÍGENAXAÇECÓ, SANTA CATARINA, BRASIL. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica). Florianópolis: UFSC. 2015.
- MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang do Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2009.
- NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. Nosso vizinho Kaingáng. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva (orgs). Ouvir Memórias, Contar Histórias: Mitos e Lendas Kaingáng. Santa Maria: Editora Pallotti, 2006.
- TOMMASINO, Kimiye e REZENDE, Jorgisnei Ferreira de Rezende. (2000) Kikikoi: ritual dos Kaingang na área indígena Xaçecó/SC: registro áudio-fotográfico do ritual dos mortos. Londrina, Midiograf.



Anexo I. Localização das Igrejas da TI Xaçepé (2020)

